

Alinhamento discursivo e estereotipização racial em particularizado contexto educacional

Patrícia Ciccone de Macêdo*

* Psicóloga (USU/RJ). Especialista em Terapia Familiar (SPAG/RJ-UGF/RJ). Psicanalista (SPAG/RJ). Material recebido em julho de 2005 e selecionado em agosto de 2005.

Resumo

Considerada a reserva de cotas que assegura ingressos de negros em universidades públicas brasileiras, o presente texto engloba uma breve investigação por intermédio da qual constatei evidências de alinhamentos/desalinhamentos discursivos ligados a estereotipizações da marca racial em pauta. Segui critérios do paradigma interpretativista, além de optar por uma orientação de cunho etnográfico, e, como fundamentos teóricos, centralizo neste ensaio correlações entre as noções de alinhamento discursivo e estereotipização, posicionadas ambas como noções pertinentes a contextos organizacionais.

Palavras-chave: enquadre; alinhamento discursivo; marca racial; estereotipizações.

Abstract

Having in mind the reserve of quotas that ensures the entrance of black people into Brazilian public universities, this text includes a short research by means of which I observed evidences of discursive alignment/misalignment linked up to the racial mark stereotypes in question. I followed some interpretativist paradigm criteria besides adopting ethnographic basis tendency. As phonetic background I use correlations between

the discursive alignment concepts and the stereotypy, both of them being considered pertinent to organizational contexts.

Key words: frame; discursive alignment; racial mark; stereotypy.

1. Introdução

Contemporaneamente, discussões sobre a relevância da linguagem humana no campo educacional e no da Psicologia Social têm se mostrado bastante promissoras e, voltada também para tal, integra este meu ensaio uma curta investigação realizada em dependências comuns de uma faculdade pertencente a uma universidade pública baiana.

Como bases teóricas para tal empreendimento, no primeiro dos tópicos a seguir discuto a noção de alinhamento ('footing'), inaugurada por Gofmann ([1979] 1998a). Na seqüência, enfoco matérias relativas a conseqüências de

estereótipos em ambientes socialmente engendrados, quando assinalo a viabilidade de ocorrerem processos de alinhamentos/desalinhamentos discursivos em tais situações, além de introduzir considerações sobre contextos organizacionais. No tópico subsequente, abordo com brevidade os critérios do paradigma interpretativista e a orientação de base etnográfica, nos quais me pautei, quando aproveito para também discriminar instrumentos utilizados em minha coleta de dados. A seguir, analiso encontradas ocorrências de alinhamentos/desalinhamentos discursivos relacionados com estereotipizações da marca racial em causa e, na parte final, teço considerações em torno de conclusões então possibilitadas.

2. Sobre processos de alinhamento discursivo

Considerados também contextos de interação grupal, atentarmos para aspectos relacionados com alinhamentos mútuos pode ser bastante interessante. A noção de alinhamento foi desenvolvida na área da Sociolinguística por Gofmann ([1979] 1998a), e pressupõe a posição, a projeção do “eu” de todo participante em suas interações com o “outro”, consigo mesmo e com ações comunicativas em curso. Essa noção se remete, portanto, a espaços dinâmicos que emergem em situações nas quais parceiros também (co)gerenciam mensagens postas em andamento.

Em seu artigo *Uma teoria sobre brincadeira e fantasia*, Bateson ([1972] 1998) discute sobre a co-

Constantemente, modificamos “enquadres” ao longo de nossas falas, característica esta inerente ao uso de toda e qualquer língua, podendo diferentes “enquadres” ter a ver com aspectos individualizados, com papéis sociais diferenciados, dentre vários outros.

municação humana e ressalta que nenhum enunciado pode ser adequadamente compreendido se não consegue atender ao que propõe como “enquadre” (‘frame’). O autor remete a conceituação de “enquadre” para aquilo que delimita figura-e-fundo, ruído-e-sinal, tal qual ocorre com a moldura de um quadro que separa o que é pintura do que é parede. Como faz ver, tal noção diz respeito a um tipo de estruturação de ordem psíquica, a partir do qual conseguem ser compartilhados significados e sentidos. Nas entrelinhas de mensagens com as quais se defrontam, falantes chegam a decifrar inclusive ambigüidades, quando podem captar subentendidos por intermédio de “enquadres”. Por essa via, podem captar relações sutis entre parcelas de mensagens, e assim conseguem perceber sentidos subjacentes em comunicações que compartilham.

Constantemente, modificamos “enquadres” ao longo de nossas falas, característica esta inerente ao uso de toda e qualquer língua, podendo diferentes “enquadres” ter a ver com aspectos individualizados, com papéis sociais diferenciados, dentre vários outros. No mínimo, se atentamos para simples comunicações de cunho interpessoal, veremos que, em seu transcorrer, irão emergir caracte-

rísticas genuinamente humanas, quando aflora então uma complexidade de fenômenos como o das rejeições, das identificações, das empatias, etc. (Eco, 1986), os quais costumam se manifestar como que nas entrelinhas de enunciações trocadas. Por meio de “enquadres” compartilhados, aliás, cada um de nós pode representar diferenciadas estruturas de participação, ou formato de produção, em nossa comunicação.

Condizente com tudo isso, e como um complemento do conceito de “enquadre”, Gofmann ([1979] 1998a) introduziu – via Sociolinguística – a noção de alinhamento (‘footing’). Para o autor, essa noção acrescenta um caráter dinâmico ao conceito de “enquadre” e, principalmente, lhe adiciona um caráter genuinamente discursivo. Em seus argumentos a respeito, Gofmann fez ver que, mesmo nas mais rotineiras comunicações de tipo face-a-face, pessoas envolvidas estarão criando ou mantendo “enquadres”, os quais organizam seus discursos e os orientam com relação à situação interacional. Conforme palavras do próprio Gofmann

([1979] 1998a, p.85), situações comuns em que fatos assim costumam saltar à vista costumam se dar “quando aparece um empecilho no que seria [um]a interdigitação rotineira de seus atos, [e] uma troca verbal entre [parceiros] será mais provável”. Mantida essa ótica, articulações mútuas entre “enquadres” em negociações de significados e sentidos partilhados por interlocutores estarão então concorrendo para que se alinhem discursos.

De fato, situações comunicativas requerem uma capacidade de abertura para indispensáveis trocas discursivas e, minimamente, falas alinhadas conseguem criar espaços lúdicos capazes de favorecer resoluções de conflitos e de tensões entre participantes. Ou seja, também o conceito de alinhamento entra em total concordância com o fato de significados jamais serem fixos, ou absolutos, em qualquer língua, mas sempre necessariamente negociados entre falantes (Bakhtin, [1929]1997).

Recolocado de outro modo, o conceito de alinhamento formulado por Goffman (1998a) se aplica a relações interpessoais contextualizadas, em que parceiros (co)gerenciam mensagens em circulação, quando são introduzidos significados a serem mutuamente consentidos (ou não), co-sustentados, ou mesmo

modificados. Logo, a partir desse conceito, um estudo sobre desempenhos de sujeitos inseridos em determinado contexto e engajados em uma dada situação interacional pode servir para analisarmos como estarão sendo construídos seus discursos e, assim, como se organizam seus desempenhos.

Certamente, há falas que podem não estar conectadas a um evento eminentemente lingüístico, em si. Ainda segundo Goffman ([1979] 1998a, p.90), “um contexto [...] que pode servir de padrão é o [de um] contato formal de trabalho onde um prestador de serviços e um cliente vêm a presença um do outro momentaneamente numa transação coordenada”, que envolve apenas dinheiro de um lado e produtos de serviço do outro. Uma outra situação pode abranger contatos passageiros entre dois estranhos que dizem “pode me passar o sal?”, ou “quer me dizer a hora?”, ou mesmo em conjunturas nas quais duas pessoas que não se conheciam precisam dividir uma única passagem estreita e apinhada. Trocas ritualizadas bem caracterizadas costumam ser frequentes em tais circunstâncias, quando então basicamente algum tipo de transação física pode estabelecer diferenciais significativos capazes de servir como unidades de análise. Ou seja, palavras ditas por participantes de empreendimentos físicos mutuamente coordenados podem não constituir partes de uma conversa. Nessas situações, e quando o próprio ritual de contato ficar truncado, a simples execução de parcelas de uma ação, e não eventuais elocuições, será normalmente a preocupação compartilhada.

Já acontecimentos como esses últimos indicam, pois, que a pura noção de encontro conversacional não será sempre suficiente para entendermos um contexto no qual palavras são ditas. A respectiva situação social e a equivalente conjuntura interacional imediata precisarão ser igualmente consideradas, com suas multidimensionadas abrangências.

3. Sobre ocorrências de estereótipos

Buscando levar igualmente adiante considerações sobre modos pelos quais se estabelecem alinhamentos discursivos, colo neste ponto em cena a noção de estereotipia, e veremos que a remeto a um complexo fenômeno intrinsecamente ligado a regulações de cunho não só cognitivo, mas também sociocultural e ideológico.

É verdade que a abordagem cognitivista da Psicologia Social identifica o processo de estereotipização como sendo automático e o toma, pois, como algo “sem controle” (inevitável). Em derradeira instância, segundo cognitivistas, estereótipos teriam como função própria a de economizar energia psíquica por meio da simplificação de complexas e dicotômicas mensagens advindas do mundo exterior, diferenciados, assim, o “grupo-do-nós” do “grupo-dos-outros”.

Diferenças à parte, o caso é que entre especialistas no assunto temos visto se ampliar uma

preocupação com efeitos desastrosos do processo de estereotipização. Em extremados casos de preconceitos discriminatórios, por exemplo, vários estudiosos têm presumido que a ativação do estereótipo costumeiramente emerge em situações de contato com membros de grupos estigmatizados.

Sobre o que termino de comentar, chamam atenção questões tratadas em um oportuno estudo de Goffman ([1963] 1998b, p. 117), no qual, ao se deter em identidades deterioradas de membros de variados grupos estigmatizados, o autor assevera: “uma vez que [...] o indivíduo

vez que “o que um indivíduo é, ou poderia ser, deriva do lugar que [também ocupa] na estrutura social” (p.123).

Interessante fazer notar que, em certa instância, essa última observação de Goffman parece entrar em sintonia com um episódio narrado por Gumperz ([1982] 1998), no qual um aluno negro de um curso de pós-graduação em Psicologia Educacional devia servir como entrevistador de uma dona de casa também negra, numa cidade dos Estados Unidos. Como procedimento prévio de pesquisa, um contato inicial já fora feito por telefone e a cena que inicialmente nos interessa se dá quando, ao chegar à casa, tal entrevistador é atendido pelo marido igualmente negro da futura entrevistada, e acontece um rápido diálogo entre os dois (*ibidem*, p.101):

vários estudiosos têm presumido que a ativação do estereótipo costumeiramente emerge em situações de contato com membros de grupos estigmatizados.

estigmatizado adquire modelos de identidade que aplica a si mesmo, a despeito da impossibilidade de se conformar a eles, é inevitável que sinta alguma ambivalência em relação a seu próprio eu”. No mesmo estudo, Goffman observa que certamente existirá algo mais além de filosofias de vida, de ‘receitas-de-ser’ tomadas como ponto de vista do próprio estigmatizado, uma

[Marido sorridente] Então, quer dizer que você vai dá u’a geral na minha véia, é?

[Entrevistador] Ah, não. Eu só vim para obter algumas informações. O pessoal do escritório já ligou para cá.

Recolhendo o sorriso, sem pronunciar mais qualquer palavra, o marido sai para chamar sua mulher e, a seguir, tudo acontece diferente do que fora planejado. Gumperz então faz ver que

mais tarde o entrevistador negro pôde reconhecer que o total insucesso de sua entrevista decorreu do fato de que – para ter entrado em sintonia com seus interlocutores – precisaria ter conversado, desde o princípio, na forma típica do ‘discurso negro’, comum em seu país. Apesar de partilhar idêntica marca racial (o fato de também ser negro), já sua primeira resposta fora considerada pelo marido da dona de casa como portadora de indícios de que não era um deles e, talvez, não merecesse sua confiança. Em suma, fica possível deduzirmos que tal entrevistador posteriormente percebeu ter perdido a chance de alcançar seus objetivos por causa de um desalinhamento discursivo.

Já de saída, tal situação serve então para nos mostrar que – por serem capazes de manter ou inaugurar novos direcionamentos em jogos comunicacionais – palavras, evidências em posturas, em indícios, ou até mesmo em canais de comunicação podem se prestar (ou não) para orquestrar condições mutuamente partilhadas, em eventos de natureza discursiva. De conformidade com o que discuti no tópico anterior, tal se dá porque pessoas envolvidas estarão fazendo usos de “enquadres” que, num contínuo comunicativo, podem disparar mudanças discursivamente significativas.

Mas, retornemos um momento a mais ao acima citado evento narrado por Gumperz (*ibidem*). Especificamente, retornemos ao ponto em que, dando mostras de suplantar uma possível ambivalência, um entrevistador negro reconheceu que falhara por não haver se utilizado da forma típica do

‘discurso negro’, comum em seu país. Proponho essa retomada porque, de certo modo, uma situação como essa pode entrar em concórdância com alguns outros pontos que me interessam ressaltar.

Vejamos. Vários estudiosos do assunto convidam a que tentemos perceber que processos psicossociais podem moderar a produção de respostas automáticas frutos da estereotipia. Nesses específicos termos, soa lícito supormos que, tal qual nosso entrevistador negro terá tardiamente percebido, podem de fato existir estratégias de natureza ideológica capazes de regular a emergência de estereótipos, de forma a serem até mesmo conquistados contextos e normas sociais mais confortáveis às relações humanas. Com efeito, me parece lícito especular se não conseguirá a ativação de estereótipos ser prevenida, ou evitada, e penso assim apoiada também em específicas colocações de Hall (1998), um eminente e conhecido especialista no campo dos estudos culturais.

Segundo Hall (*ibidem*), já de algum tempo *diferenças* também raciais vêm sendo percebidas não mais como frutos de uma mera categorização biologizada, ou genética, ainda que tragam consigo o que o autor toma por “conjunto frouxo” de características (no caso, cor da pele, textura dos cabelos, etc.). Por não caracterizarem condições biologizadas, ou genéticas, há algum tempo esses “conjuntos frouxos” têm deixado de ser entendidos como meras

essências abstratas capazes, em si, de engendrar pessoas. Por sorte, já temos vivido situações e lugares em que são vistos como “marcas simbólicas” capazes de atravessar, social e politicamente, posicionamentos discursivos multifacetados, que se engendram e afloram em diversificados contextos socioculturais.

Então, conhecendo como conhecemos as ainda recorrentes disputas ideológicas entre grupos de norte-americanos negros e “brancos”, nas tais premissas tratadas por Hall encontramos possíveis explicações para o fato daquele nosso negro entrevistador ter podido atribuir a si próprio as causas de seu mencionado insucesso. Principalmente, se recordamos que freqüentava um curso de pós-graduação em Psicologia Educacional, podemos mais facilmente deduzir que, certamente, seu discurso já viera sendo atravessado por diversificados outros valores social e ideologicamente engendrados, que não apenas o de sua própria “negritude”, e, inclusive, tudo leva a crer que estas terão sido fortes razões para – em sua própria comunidade acadêmica – ter sido convocado para realizar a entrevista em questão. Muito provavelmente, devia ocorrer algo diver-

so com os outros dois envolvidos em sua malfadada entrevista e, embora saibamos que construções discursivas não constituem modo único para a emergência de significados socioculturalmente organizados, não será descabro algum imaginarmos que tal entrevistador pudesse, de fato, ser discursivamente capaz de lidar com atitudes resistentes ao estereótipo racial em pauta.

Entretanto, vimos que não só a pretendida entrevistada e seu marido demonstraram o estranhar, mas igualmente nosso entrevistador foi incapaz de se dispor a partilhar alinhamentos discursivos. Somado este último ao específico fato de apenas posteriormente ter podido perceber as razões de seu indesejado insucesso, pode ficar então oportuno não desconsiderarmos a já também referida colocação de Goffman ([1963] 1998b, p.123) segundo a qual: “o indivíduo estigmatizado adquire modelos de identidade que aplica a si mesmo a despeito da impossibilidade de se conformar a eles, [logo] é inevitável que sinta alguma ambivalência em relação a seu próprio eu”.

Seja como for, e especialmente no que toca ao comportamento e pensamento sociais, possibilidades como as que estive levantando podem encontrar também respaldo em oportunos estudos

interessados em organizar estratégias para inibir ou reduzir impactos prejudiciais ligados a estereotipizações.

Não deixa de ser verdade que relações de poder chegam a construir estereótipos com intuitos de dominação, e que, igualmente, interesses econômicos e políticos podem interferir em suas produções e manutenção. Em nosso multicitado evento narrado por Gumperz ([1982] 1998), por exemplo, interferências de tal ordem muito possivelmente estivessem sendo consideradas pelo marido e pela dona de casa a ser entrevistada. Mesmo que consideradas as sugestivas resistências desses personagens, porém, ainda assim poderíamos cogitar que

pazes de não desautorizar outras, mas igualmente resistirem a desautorizações (Moita Lopes, 1995, p.200). Por sinal, semelhantes possibilidades podem ter sido tardiamente cogitadas pelo nosso aludido entrevistador negro, que posteriormente conseguiu reconhecer as causas de um tipo de desalinhamento discursivo mutuamente partilhado, no várias vezes mencionado episódio narrado por Gumperz.

Dito de outra forma, construções de quaisquer modos discursivos jamais serão neutras, uma vez que estarão sempre su-

Não deixa de ser verdade que relações de poder chegam a construir estereótipos com intuitos de dominação, e que, igualmente, interesses econômicos e políticos podem interferir em suas produções e manutenção.

continuem sendo viáveis normas sociais possuidoras de caráter positivo, capazes então de estimular conceitos igualitários e de comunhão, de modo a ser inibida, ou controlada, a aplicação de estereótipos. Tal se explica porque também essas normas podem instituir uma espécie de contenção para quaisquer discursos, ao mesmo tempo em que não eliminarão seus cunhos de genuína criatividade natural, o que se justifica pelo fato de usuários de toda língua poderem criar falas de resistência (Moita Lopes, 1998, p.309) e, mesmo então, também exercerem falas emancipadas ca-

jeitas a condições próprias de seus autores, de seus remetentes e da situação socialmente engendrada em que afloram (Vygotsky, [1934] 1987; Bakhtin, [1929] 1997).

A bem da verdade, baseio toda ação de caráter discursivo segundo a ótica de Bakhtin (*ibidem*), em cujos trabalhos e estudos esteve sempre em alta a captura de modos pelos quais perenes duelos entre tensões sociais e as advindas de possibilidades de livre arbítrio afetam também textos específicos. Norteadada por tal ótica, posso pressupor que, então, de igual forma em situações de desalinhamento, ou ali-

nhamento mútuo, emergirão “vozes” múltiplas e multifacetadas, a serem tomadas como modos de aflorarem posicionamentos sociais de caráter tanto mais amplo quanto particularizado, entre parceiros engajados no discurso. Conseqüentemente, entendo que as questões trazidas à luz no presente tópico podem nos introduzir em renovadas reflexões em torno de construções de natureza discursiva, bem como sobre decorrentes emergências de processos inibidores ligados a discriminações de membros estereotipados situados em complexos e jamais estáticos contextos organizacionais. Especificamente, pressuponho que em todo ato comunicativo estarão inerentes diversificados “enquadres” igualmente relacionados com categorizações socialmente instituídas e (co)gerenciadas, o que poderá levar pessoas envolvidas a desalinhar (ou não) seus discursos, ao ocorrerem processos de estereotipização.

Também em vista disso, englobo neste meu ensaio uma já anunciada e breve investigação por intermédio da qual busquei verificar se alinhamentos/desalinamentos discursivos se sintonzariam com estereotipizações, em um contexto universitário particularizado e partilhado também por frequentadores negros. Sem o compromisso de aprofundar maiores questões a respeito,

Toda aprendizagem organizacional pressupõe um contínuo e complexo processo, em concordância com uma visão mais integrada e complexa do conhecimento e de suas formas de expressão.

mas por considerar que da mesma forma em tal conjuntura acadêmica se atravessarão processos comuns a contextos organizacionais, vejamos então algo acerca desta outra noção.

Segundo Harris (1994), a cultura de qualquer de tais organizações é reflexo da emergência de *schemas* congruentes. Esses *schemas* seriam formatações mentalmente engendradas e apresentariam similitudes salientes que, como tal, formulariam o próprio sentido social (*sensemaking*) circulante em diálogos intrapsíquicos entre o *eu* e o *outro*, se produzindo, assim, também a experiência do *nós*. Por seu turno, no artigo *Desenvolvimento de Competências e Aprendizagem Organizacional: avaliação do programa Cuidar-se para Cuidar*, Bastos e colaboradores (1999) tomam como consenso a questão da capacidade de aprender de uma organização constituir seu instrumento mais eficaz. Já Svelby (1998) caracterizou a capacidade de aprender por parte de uma organização como algo inerente à sua estrutura interna, onde transitam estratégias capazes de instigar um “partilhamento de modelos mentais”, enquanto Kim (1998) faz notar que se não ocorrem partilhas de saber haverá uma quebra de elos entre aprendizagem individual e organizacional.

No que me cabe, comungo com posicionamentos de início anunciados e, diferentemente do referido pensamento de Harris (*ibidem*), me baseio no pressuposto de que toda cultura organizacional é também sempre intrinsecamente afetada social e ideologicamente. Em consonância com o que acima observei, julgo assim por entender que discursos que as atravessam são co-construídos e engendrados em situações, nas quais tanto tensões sociais de mais amplo alcance, quanto as advindas de possibilidades de livre arbítrio, afetam específicos e jamais estáticos contextos organizacionais onde se situam. Por conseguinte, me baseio igualmente em específicos posicionamentos de Bastos e colaboradores (*ibidem*) que **não** encaram aprendizagens, tanto a nível individual quanto organizacional, como frutos de meros incorporamentos e transferências de informações, embora reconheça que, sob certas circunstâncias, estas possam ser assimiladas através de, por exemplo, rotinas, treinamentos, informatizações, etc. Considero que toda apren-

dizagem organizacional pressupõe um contínuo e complexo processo, em concordância com uma visão mais integrada e complexa do conhecimento e de suas formas de expressão.

Nesse mesmo âmbito, ficam também pertinentes particularizadas observações de Loiola e Rocha (2000, p.30), que, no interessante artigo *Aprendendo a aprender: análise de três estudos de caso em aprendizagem organizacional a partir do construtivismo*, asseveram:

[enquanto] a teoria construtivista do ensino-aprendizagem conclui que partilhar trata-se de ato de construção social do sentido, outra questão refere-se à pressuposta racionalidade irrestrita de indivíduos que só se dispõem a aprender (se aculturar) quando vêm alinhados seus objetivos individuais com os da organização. É verdade que o indivíduo, uma vez que seja capaz de aprender o conteúdo do comunicado, é capaz de escolher se deve, ou o quê deve aprender [e], contudo, suas motivações submetem-se mais ao jogo de afetividades implícito na relação instrutor-aprendiz, ou aprendiz-instrutor, do que numa lógica estritamente utilitarista. (grifos meus)

Ou seja, a seus modos, também Loiola e Rocha ressaltam situações de alinhamento em uma interação social salutar capaz de tornar possíveis processos de aprendizagem. Vistos esses processos como uma importante via

de (co)construção do saber dentro de uma organização, um tal entendimento acaba então por também subentender um meio de ocorrerem negociações de significados e sentidos. Ao posicionarem semelhante situação em contextos de organizações que aprendem, as próprias autoras em pauta parecem portanto deixar em aberto que, quando as quisermos investigar, soará lícito pensarmos em uma articulação entre processos de alinhamento/desalinhamento discursivo e estereotipizações.

4. O desenho da investigação

Neste tópico, inicialmente especificarei o tempo dispendido, os participantes e o contexto-alvo onde realizei minha anunciada investigação. Com brevidade, a seguir abordarei critérios do paradigma de pesquisa que a norteou e discriminarei instrumentos então utilizados na respectiva coleta de dados.

Onde e como se realizaria o estudo

Conforme anteriormente observado, considerada a lei de reserva de vagas para candidatos negros, a breve investigação incluída neste meu ensaio objetivou examinar possibilidades de desalinhamentos discursivos conspirarem com estereotipizações raciais em um particularizado contexto universitário. Objetivou igualmente verificar como se organizaria e o que significaria o que pudesse ser encontrado a respeito.

Guardados tais objetivos, minhas explorações ocuparam cinco dias consecutivos, e quanto aos participantes existiram: esta investigadora; 01 (uma) funcionária administrativa da instituição-alvo (posteriormente, referida como Funcionária); 01 (um) professor do particularizado contexto em questão (a ser identificado como Professor); 01 (um) aluno de raça branca (que identificarei como aB); e 01 (um) aluno negro (posteriormente referido como aN).

Tendo em vista o caráter multifacetado e jamais fixo dos diversificados aspectos nela subjacentes, esta investigação buscou se pautar em critérios do paradigma interpretativista de pesquisa e se caracterizou por uma orientação de tipo etnográfico. Critérios do paradigma interpretativista me franqueariam percepções mais amplas acerca de processos, nos quais iriam também se atravessar experiências e conhecimentos previamente adquiridos por participantes então envolvidos, além de possíveis posicionamentos institucionais estabelecidos e tradições de natureza sociocultural a circularem no contexto-alvo em causa (Lüdke e André, 1986). Processos como esses sempre emergem em complexas situações de natureza social, o que então também justifica a mencionada orientação de tipo etnográfico do presente estudo. Quanto à etnografia, em seu sentido mais originário esta foi vista como uma descrição cultural e, desta forma, tida como conceito central em antropologia. Mais recentemente, passou a ser também utilizada em variados outros campos de estudos interressados no comportamento hu-

mano situado em diversificados contextos socialmente organizados. De fato, como fazem ver Lüdke e André (*ibidem*, p.13), a abordagem etnográfica, antes quase exclusivamente praticada por sociólogos e antropólogos, no início dos anos 1970 começou a ser transplantada para variados outros campos do conhecimento. A partir de então, veio a sofrer adaptações por se afastar, mais ou menos, de seu sentido mais originário. Não obstante, permanece crucial o fato de pesquisas de base etnográfica implicarem, necessariamente, em interações constantes entre quem investiga e aquilo e quem estará sendo investigado, porquanto deixam em alta uma ênfase central sobre processos (não sobre produtos) que afloram em contextos assim examinados.

Com esses fatos em mente, mantive clareza de que minhas próprias atuações se construiriam como práxis socialmente contextualizadas e, portanto, não poderiam ser avaliadas por seu mero produto formal. Dessa perspectiva, me dispus a introduzir fundamentos teóricos suficientemente abertos e flexíveis para que inclusive minha própria "lógica de indagar" chegasse a ser continuamente revista e re-elaborada. Feita minha coleta, procurei igualmente me limitar a trabalhar com dados exclusivamente descritivos, os quais levantei por intermédio

Embora portadores de marcas raciais distintas, os dois mencionados estudantes já haviam conseguido ingressar no ensino público superior e, ainda assim, algumas de suas respostas escritas projetariam sensíveis sinais de entendimentos diversificados.

dos seguintes instrumentos: questionários escritos não-estruturados; textos escritos por dois estudantes universitários; diário de anotações de campo da investigadora. Essa variedade instrumental poderia também assegurar a captação de visões intersubjetivamente construídas, o que favoreceria uma confiabilidade devida à minha *triangulação de dados*¹.

5. Desalinhamentos/ alinhamentos discursivos e estereotipização em um particularizado contexto educacional

A partir deste ponto, entra em cena o fato de terem aflorado indícios de desalinhamentos discursivos atravessados por estereotipizações raciais no particularizado contexto universitário onde realizei a breve investigação, cuja orientação metodológica explicitarei no tópico anterior. Discutirei a emergência desses indícios nos dois próximos itens.

Encontros e desencontros

Para minha presente e breve investigação, nenhum contato anterior fora feito com os sujeitos que viriam a ser investigados, embora já tivesse em mente que – além de um professor (ou professora) e um funcionário administrativo (ou funcionária) – buscaria a participação de um estudante negro e de um outro “branco”.

Com exceção da pressa demonstrada por um professor universitário em nosso contato para

tal estabelecido, não me foi difícil conseguir uma atenção mais demorada dos demais investigados. No caso do estudante negro e do “branco”, patenteiam esse fato minha seguinte anotação de campo:

Registro de campo: Após ser abordado, o estudante negro aceitou prontamente participar. Sentou-se ao meu lado e, de forma concisa e expressão séria, começou a responder perguntas do questionário que lhe entregara. Também o aluno com pele “branca” aceitou de pronto participar da minha investigação. Pareceu bastante atento e, com expressão calma, começou por responder seu questionário sem me dirigir comentários ou indagações.

No questionário em questão, ficavam centralmente ressaltadas menções à lei de reserva de vagas para alunos negros em universidades públicas brasileiras. Apre-

sentadas a sujeitos que circulavam pelas dependências comuns de uma faculdade pública, essas menções poderiam instigar manifestações de interesse para este meu estudo. De fato, embora portadores de marcas raciais distintas, os dois mencionados estudantes já haviam conseguido ingressar no ensino público superior e, ainda assim, algumas de suas respostas escritas projetariam sensíveis sinais de entendimentos diversificados. Em suas participações, chamariam inclusive atenção indícios discursivos substancialmente opostos.

É bem verdade que ambos pareceram também dar mostras de que, num certo sentido, conseguiriam estar discursivamente alinhados. A tal respeito, começamos pelo que reproduzo a seguir:

Acha necessária a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras? Por quê?

aB	Não. [...] Temo que isto poderá criar um cisma entre os “estudantes brancos e preparados” e os “negros com dificuldades”, em que as diferenças decorrentes das condições socioeconômicas sejam erroneamente atribuídas ao grupo étnico.
aN	Não. Deveria haver reservas para alunos oriundos de escola pública e baixo nível econômico.

¹ Tomo por triangulação de dados um atravessamento de diferentes pontos de vista coletados por diferentes instrumentos.

Ou seja, para justificarem idênticas negativas, ambos lançaram mão de um argumento de base comum: cada qual a seu modo, os dois universitários se apoiaram em questões de natureza tanto social quanto econômica. Também numa certa medida, algo de semelhante iria ocorrer quando responderam a uma próxima pergunta escrita:

O que acha que os negros pensam a respeito dessa reserva de vagas?

aB	Assim como entre os demais grupos étnicos, eu acho que há uma divisão de opiniões dentro da população negra. Se, por um lado, há aqueles que consideram legítimas políticas de discriminação positiva, há também aqueles que defendem as mudanças infra-estruturais, mais amplas e mais difíceis, e rejeitam as políticas paliativas, de maior facilidade operacional e menos abrangentes.
aN	Eu acho que a maioria dos negros é a favor.

Nesse caso, apesar de o estudante negro ter preferido se referir a uma maioria, os dois investigados projetaram evidências de perceberem diversidades entre posicionamentos de pessoas que partilham a marca racial posta em questão.

Conforme anunciei de início, contudo, ainda no mesmo questionário essas semelhanças dariam lugar a um sentido distanciamento de opiniões. Começaremos a perceber esse distanciamento no que reproduzo a seguir:

Qual sua opinião sobre as razões que levaram o governo brasileiro a promulgar a lei que assegura uma percentagem de vagas para negros, em nossas universidades?

aB	A razão é uma indisposição em implementar mudanças reais nas estruturas sociais do País, camufladas como maior preocupação deste governo em relação ao anterior [no que toca às] demandas da população. É uma forma de resolução estética dos problemas.
aN	Eu acho que o governo decidiu em razão de pressões sofridas por parte de líderes de movimentos em favor dos negros.

Como vemos, o estudante negro preferiu dar mostras de estar ciente da real força política de líderes de movimentos negros, enquanto o estudante “branco” deslizou o cerne de seu discurso para questões teóricas com bem maior abrangência.

Para novos comentários a respeito, retomemos o conceito de “enquadre”, proposto por Bateson ([1972] 1998) e discutido no segundo tópico deste ensaio, pois me interessa aventar a existência de um interessante aspecto que permeia as duas últimas respostas em pauta. Para recordar, segundo Bateson a noção de “enquadre” diz respeito a uma específica estruturação de ordem psíquica, que o autor compara àquilo que delimita figura-e-fundo, ruído-e-sinal, semelhantemente ao que fazem molduras de quadros que separaram o que é pintura do que é parede. Também porque o questionário em questão enfatizava a idéia de inclusão no ensino superior de pessoas com sua mesma marca racial, podemos entrever que a específica pergunta que há pouco reproduzi terá instigado em aN um “enquadre” de tipo “nós negros”. Ao passo que, embora devam ter sido incluídos negros, a expressão governo brasileiro terá mobilizado no estudante “branco” um “enquadre” de tipo “todos nós” que, no País, dividimos tantos e injustos fatos sociais.

De qualquer forma, ainda no mesmo questionário houve um outro momento em que voltariam a subjazer diferenças discursivas:

Acha pertinentes as perguntas que respondeu no presente questionário?

aB	Sim, especialmente em virtude da recente decisão do conselho universitário da X [nome de sua Universidade] reservar 45% das vagas para <u>negros e índios</u> .
aN	Sim. Acho importante debater um assunto tão polêmico.

Dessa feita, novamente o aluno negro restringe sua resposta ao tópico mais crucial então tratado, enquanto o estudante “branco” insiste em traçar argumentos de natureza mais genérica. Diferentemente do segundo, o primeiro deles deixa à vista ter preferido se utilizar de uma analogia sensivelmente generalista, ao invés de simplesmente enquadrar o particularizado fato racial então em juízo. Mas, tais diferenças não parariam por aí. Sigamos rumo a novas anotações de campo:

Registro de campo: Em determinado momento, o estudante negro me perguntou se também entrevistaria “brancos”, e lhe respondi que sim. Já na hora em que lhe pedi que discorresse por escrito sobre o tema “Se eu fosse uma pessoa branca”, ele me dirigiu risos, fez trejeitos de boca e finalmente comentou:

—“Não entendi...Achei que é meio sem sentido (fez uma pausa e, depois de lançar uma expressão de dúvida, acrescentou) Eu não seria diferente se eu fosse da cor branca... (elevando um pouco o tom da própria voz, finalizou:) Seria eu mesmo!”

Logo em seguida, pedi então que tal participante negro escrevesse o que terminara de me dizer, e ele assim redigiu:

Eu seria igual: também um ser humano.

Na seqüência, me devolveu a folha de papel onde escrevera e, baixando um pouco a voz, fez questão de me dizer: — “Espero ter te ajudado em sua pesquisa. Este é um assunto importante!”

Em seu todo, o episódio que acabo de referir parece demonstrar, pois, que o fato de ser negro não impedia que o estudante em questão conseguisse sintonizar o seu com o discurso do ‘outro’ que pode não ser. Eu mesma sou uma pessoa de raça branca e, conforme assistimos, ao lhe indagar por escrito se achava pertinentes as perguntas do questionário respondido, ele me devolveu também por escrito: “Sim. Acho importante debater um assunto tão polêmico”. Ao terminar de sucintamente escrever sobre o aludido tema “Se eu fosse uma pes-

soa branca”, vimos há pouco que quis igualmente me fazer saber: “Espero ter te ajudado em sua pesquisa. Este é um assunto importante!”. Ou seja, mais uma vez projetava indícios de tentar alinhar o seu ao discurso que sabia não ser uma pessoa negra quem colocava em juízo.

Creio restar em suspenso, porém, o fato de, quando convocado a escrever sobre o tema “Se eu fosse uma pessoa branca”, como vimos a reação imediata desse estudante negro foi a de assim se expressar: “Não entendi... Achei que é meio sem sentido (fez uma pausa e, depois de lançar uma expressão de dúvida, acrescentou:) *Eu não seria diferente se eu fosse da cor branca...* (elevando um pouco o tom da própria voz, finalizou:) *Seria eu mesmo!*”. Digo assim porque, conforme fiz ver no segundo tópico deste ensaio, de acordo com observações de Goffman ([1963] 1998b, p.123), “o indivíduo estigmatizado que aplica a si mesmo a despeito da impossibilidade de se conformar a eles [e, logo,] é inevitável que sinta alguma ambivalência em relação a seu próprio eu”. Por semelhante razão, prefiro então deixar em suspenso quaisquer novas colocações a respeito, porquanto entendo que compensaria me ter sido possível verificar mais detalhadamente até que ponto nosso aluno negro terá elaborado a própria diferença.

Feita também tal ressalva, vejamos agora o modo pelo qual o estudante “branco” se expressaria ao atender meu convite para escrever sobre o tema “Se eu fosse uma pessoa negra”:

Se eu fosse uma pessoa negra seria muito maior a minha chance de ter nascido em uma família de baixa renda, apesar de ser parte da maioria da população. Se eu fosse uma pessoa negra, eu não sei se todo o trabalho e os esforços dos meus pais seriam o bastante para me garantir um ensino de qualidade. Se eu fosse uma pessoa negra, eu teria que me esforçar, talvez, dez vezes mais do que eu já me esforcei para chegar onde eu estou hoje.

Isto é, podemos suspeitar que nesse texto teimavam em se esconder possíveis laivos de estereotipizações em torno da marca racial negra. Tal possibilidade se explica porque, apesar de não demonstrar perceber, seu autor “branco” pareceu deixar transparecer posicionamentos que talvez sonegasse inclusive de si próprio. Primeiro, porque já deixara no ar sinais de o fazer enquanto inicialmente respondia ao já aludido questionário, onde se permitiu várias vezes teorizar. Sobre as razões que levaram o governo brasileiro a promulgar a lei que assegura vagas para universitários negros, por exemplo, chamou atenção o fato de acabar por me afirmar: “É uma forma de resolução estética dos problemas [educacionais do país]”, enquanto que em seu texto igualmente escrito, e logo acima reproduzido, esteve me afirmando: “Se eu fosse uma pessoa negra seria muito maior a minha chance de

ter nascido em uma família de baixa renda...” Entretanto, ainda no tal questionário, e ao responder por escrito se achava necessária a reserva de vagas universitárias para negros, estivera expressando algo diverso porque, conforme também anteriormente transcrevi, me afirmava temer que a lei governamental

podemos suspeitar que nesse texto teimavam em se esconder possíveis laivos de estereotipizações em torno da marca racial negra.

em causa “pode criar um cisma entre os “estudantes brancos e preparados” e os “negros com dificuldades”, em que as diferenças decorrentes das condições socioeconômicas sejam erroneamente atribuídas ao grupo étnico”. Ou seja, ao demonstrar evidências de enquadrar tais

questões de forma assim ambivalente, deu mostras de camuflar possíveis laivos de estereotipizações relacionadas com a marca racial em causa. Minimamente, projetara indícios de lhe faltarem suficientes subsídios para alinhar seu discurso ao de um ‘outro’ negro.

Teria sido oportuno, entretanto, que fossem verificadas mais detidamente as razões para, em todos os seus textos, o mesmo estudante “branco” insistir no uso de argumentos com roupagem ideológica para, como pareceu fazer, deixar subentendidas possibilidades de serem construídos contextos e normas sociais mais proficuas às relações humanas. De toda maneira, porém, pudemos ver que já os dois estudantes investigados – um deles “branco” e o outro negro – deram mostras de processarem diferentes “enquadres” e alinhamentos/desali-

nhamentos discursivos relacionados com a estereotipização da então tratada marca racial.

Vantagem, ou abandono de erro do passado?

Da mesma forma, entre uma funcionária e um professor atuantes no contexto-alvo emergiram

descompassos. A ambos, só propus que respondessem por escrito idênticas indagações do questionário oferecido aos dois estudantes universitários anteriormente mencionados. Provavelmente, também por não partilharem uma função profissional comum, esse professor e essa funcionária deixariam à vista posicionamentos diferenciados e, para começar, reproduzo duas de minhas anotações de campo:

Registros de campo:

Convidado a responder ao meu questionário, o PROFESSOR aceitou, mas pediu brevidade na realização do meu intento. É de cor bem clara, podendo ser categorizado como uma pessoa "branca", mas logo que leu a primeira pergunta (Você é branco/a, ou negro/a?), me disse com um sorriso: — "Nem um, nem outro (fez uma pequena pausa e continuou:) sou pardo. Neste país, ninguém é negro, ou branco... somos todos mestiços". Quando considerou ter terminado suas respostas escritas, se disse atrasado, devolveu o papel que lhe havia entregue e se foi. Deixou em branco as duas últimas perguntas.

Ao ser também convidada, a FUNCIONÁRIA facilmente aceitou participar respondendo minhas perguntas escritas. Nada comentou, enquanto redigia suas respostas no questionário entregue.

Vejamos agora o modo também diverso com que cada qual responderia minha primeira pergunta escrita:

Não queria ser somente informada sobre a cor de pele dos investigados. Por me pautar em critérios do paradigma interpretativista de pesquisa, queria principalmente deixar em aberto a possibilidade de se posicionarem livremente a respeito.

Como vimos em meus últimos registros de campo, o PROFESSOR havia lançado comentários paralelos a respeito. Havia me dito: "Neste país, ninguém é negro, ou branco... somos todos mestiços". No entanto, por ter a pele bem clara, deixou de registrar reais motivos para ter respondido por escrito ser alguém "Pardo".

Embora apenas como mestranda, tal qual esse PROFESSOR participo também de uma comunidade acadêmica de nível superior. Por essa razão, posso inferir que, a seu ver, os comentários paralelos a mim dirigidos poderiam se juntar à sua curta resposta escrita. Explicando melhor, pode ter deixado subentendido que percebia mais amplas intenções na construção da própria pergunta em pauta e, se for o caso, lhe dou plena razão. Não queria ser somente informada sobre a cor de pele dos investigados. Por me pautar em critérios do paradigma interpretativista de pesquisa, queria principalmente dei-

xar em aberto a possibilidade de se posicionarem livremente a respeito. Aliás, como vimos acima, no caso da FUNCIONÁRIA tal estratégia pôde surtir efeitos diferentes daqueles demonstrados pelo PROFESSOR. Também de pele bem alva, essa participante se posicionou pelo olho do 'outro' socialmente inserido, ao me dizer por escrito: "Sou descendente de negros, mas a sociedade me vê] como branca". Ou melhor, ambos terão focado o assunto sob um prisma comum, mas o PROFESSOR terá tentado se alinhar a possíveis intentos que sabia serem de uma mestranda investigadora em missão de cunho científico. A meu ver, além de suas aludidas observações paralelas, sua concordância em participar desta investigação, e mesmo sua mencionada pressa, terão sido também sinais dessa sua possível leitura. Pode ter imaginado que eu contaria com uma mais ampla quantidade de investigados, e que, então, bastariam o pouco tempo e as específicas e poucas palavras que partilhamos na ocasião.

Você é branco/a, ou negro/a?

PROFESSOR	Pardo.
FUNCIONÁRIA	Sou descendente de negros, mas a sociedade me vê como branca.

Mas, passemos a uma outra situação. Vejamos como os dois profissionais responderam à minha próxima pergunta escrita:

Acha polêmica a lei que garante vagas para negros nas universidades brasileiras? Por quê?

PROFESSOR	Porque todos têm direito perante a Constituição, tem que reforçar o ensino fundamental.
FUNCIONÁRIA	Considero discriminatória pois coloca o negro uma vez mais numa situação inferior. Acho que não é assim que vamos corrigir erro do passado que colocou o negro para sofrer durante todo o período que a humanidade existe. Precisamos todos juntos lutar pela melhoria do ensino fundamental nas escolas públicas onde melhorará o nível do negro e pobres deste país para competir com alunos das escolas particulares... Assim, poderão entrar na universidade e serem respeitados.

Dessa feita, o PROFESSOR dá claras mostras de querer se alinhar ao discurso também do 'outro' que é negro. Para posicionar como polêmica a lei em juízo, fornece indícios de que, tanto quanto as negras, de idêntico modo as demais pessoas alcançarão mais efetivos benefícios se nosso governo deixar de tentar apenas resolver questões de vida de portadores da marca racial então em causa e encarar de frente os reais e múltiplos problemas em que estão imersas todas as nossas instituições de competência educacional. Para tanto, articulava o direito constitucional de "todos" os brasileiros com a necessidade de ser reforçado o ensino fundamental, onde sabemos que tudo começa.

Embora igualmente mencione problemas em nosso ensino fundamental, de modo diverso vimos a FUNCIONÁRIA explicitar que acha discriminatória a lei em questão, mas argumentar contra o que tratou como "erro do pas-

sado". Portanto, essas duas respostas sugerem a existência de "vozes" discursivas pouco afinadas entre si. No caso, o PROFESSOR buscava se alinhar discursivamente com negros interessados em partilhar nossas atuais universidades públicas, e a FUNCIONÁRIA projetava indícios de buscar alinhar o seu ao discurso do negro socialmente estigmatizado. Disse ele: "todos têm direito perante a Constituição". Disse ela: "não é assim que vamos corrigir erro do passado que colocou o negro para sofrer durante todo o período que a humanidade existe. [...] Precisamos [...] lutar pela melhoria do ensino fundamental nas escolas públicas onde melhorará o nível do negro e pobres deste país para competir com alunos das escolas particulares..."

De todo modo, veremos que novamente esses dois participantes não afinariam suas "vozes" no novo material que reproduz a seguir.

O que imagina que alunos negros pensam a respeito dessa reserva de vagas em nossas universidades públicas?

PROFESSOR	Uma vantagem pessoal, em virtude das desigualdades sociais.
FUNCIONÁRIA	Acredito que a maioria está se apegando a esta possibilidade de entrar na universidade através destas vagas, mas não são todos. Aqueles mais conscientes estão preocupados, pois sabem que assim estarão mais discriminados ainda e assinando embaixo que são incompetentes, incapazes de pensar e raciocinar igualmente aos <u>brancos</u> .

Agora, o PROFESSOR dá sinais de encarar estereotipizações de negros como uma problemática socialmente posicionada. Arriscaria dizer que terá deixado em suas entrelinhas também a idéia de haver um componente ideológico nessas estereotipizações, e penso assim porque começou por me dizer que negros estarão encarando a tal reserva como “Uma vantagem pessoal”. Ou seja, terá usado a expressão “vantagem pessoal” para dizer de demandas particularizadas em situações sociais ideologicamente contrárias, mas, a tal respeito, me vem à mente um outro episódio discutido no item anterior. Nesse outro episódio, vimos um estudante universitário negro comentar comigo: *“Eu não seria diferente se eu fosse da cor branca... Seria eu mesmo!”*.

Também como vimos, esse seu comentário ocorreu no momento em que convidava tal estudante negro a escrever sobre o tema “Se eu fosse uma pessoa branca” e, ao discutir o fato, cheguei a especular que conviria ser avaliada a elaboração de sua própria diferença. Isto é, mesmo considerando que, segundo o senso comum, a maioria dos cidadãos soteropolitanos é criticamente consciente acerca dos direitos dos negros, penso ver em tal comentário sinais de uma ânsia pessoal por vencer barreiras da estereotipização de sua marca racial, e não a de gozar vantagens, até porque da seguinte forma ele voltou a registrar por escrito seu posicionamento:

Eu seria igual: também um ser humano.

Seja como for, também no presente item assistimos indícios de desalinhamentos discursivos capazes de conspirar com estereotipizações da marca racial em causa. Encarar a reserva de

Mesmo considerando que, segundo o senso comum, a maioria dos cidadãos soteropolitanos é criticamente consciente acerca dos direitos dos negros, penso ver em tal comentário sinais de uma ânsia pessoal por vencer barreiras da estereotipização de sua marca racial

vagas universitárias para negros como vantagens pessoais devidas, ou serem resgatados erros do passado, parecem ter sido tônicas mais significativas nos discursos então disponibilizados.

6. Considerações finais

A todo momento, temos visto dizer da inquestionável importância de inter-relações, seja entre indivíduos, seja entre estes e o contexto organizacional onde se situam. Conforme creio ter ficado patente neste meu estudo, a idéia desse partilhamento pode se articular com o construto de “enquadre” proposto por Bateson ([1972] 1998), também com a noção de alinhamento discursivo inaugurada no campo da Sociolinguística por Gofmann ([1979] 1998a) e, por extensão, com a noção de estereotipização conforme foi aqui posicionada.

Como pudemos atestar por intermédio da breve investigação anteriormente discutida, na arti-

culação desses conceitos se atravessam, de fato, aspectos que podem se ligar a sintonias, quer entre sujeitos, quer entre estes e os discursos dos ‘outros’, já que negociações de sentidos e significados discursivos são sempre relacional e socioculturalmente engendradas. Com efeito, pudemos assistir como algumas negociações em trânsito chegaram a englobar posturas de empatia, de disponibilidade e de abertura para mudanças, o que deixa no ar também a possibilidade de poderem ser freados indesejados posicionamentos ideológicos, ou mesmo desativados seus correspondentes investimentos inibitórios. Por semelhantes razões, a breve investigação abordada neste artigo serviu também para demonstrar que avaliarmos processos de alinhamentos/desalinhamentos discursivos em estereotipizações constitui um fértil caminho.

É igualmente verdade que, no contexto-alvo eleito, não apenas situações sociais particularizáveis, mas também aspectos conjunturais

múltiplos se constituíam certamente como fatores intervenientes com suas multifacetadas abrangências. Por restrições concernentes à falta de tempo/ espaço para tal necessário, porém, nesta ocasião esses aspectos deixaram de ser devidamente aprofundados.

Ao finalizar este meu estudo, julgo então pertinente encaminhar a proposta de nos dedicarmos a mais demoradas pesquisas que tornem a incluir discussões aqui apresentadas. Resta salientarmos somente que deverá subjazer em quaisquer dessas novas investigações o fato de que, conforme procurei deixar igualmente em juízo, a pura idéia de encontro conversacional pode não ser suficiente para entendermos contextos organizacionais onde palavras são ditas.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BASTOS, A.V. B. e cols. *Desenvolvimento de competências e aprendizagem organizacional: avaliação do programa Cuidar-se para Cuidar*. ENENPAD, 1999.
- BATESON, G. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, B.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). *Sociolingüística interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998. p.57-68.
- ECO, H. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- GOFMANN, E. Footing. In: RIBEIRO, B.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). *Sociolingüística interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998a. p.70-97.
- _____. *Estigma*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998b.
- GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). *Sociolingüística interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998. p.98-119.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- HARRIS, S.G. Organizational culture and individual sensemaking: a schemabased perspective. *Organization Science*, v. 5, n. 3, p.309-321, 1994.
- KIM, D. *O elo entre aprendizagem individual e a aprendizagem organizacional – a gestão estratégica do capital intelectual: recursos para uma economia baseada em conhecimento*. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1998.
- LOIOLA, E.; ROCHA, M. C. F. *Aprendendo a aprender: análise de três estudos de caso em aprendizagem organizacional a partir do construtivismo*. ENENPAD, 2000.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MOITA LOPES, L.P. Perceptions of language in L1 teacher-pupil interaction : the construction of reader's social identities. In: SCHAFFNER, P.; WENDEN, A. (Eds.). *Language and learn*. Aldershot: Dartmouth Publishing, 1995. p.197-209.
- _____. Discursos de identidade em sala de aula de leitura em LI: a construção da diferença. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p.303-330.
- SVELBY, K. E. *A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônio de conhecimento*. São Paulo: Campus, 1998.
- VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.